

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e Documentação (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Especialização em Contabilidade Pública

Juvenil Rodrigues Cruz

CONTINGENCIAMENTO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
Efeitos do Contingenciamento na Execução Orçamentária

Brasília
2009

Professor Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e Documentação

Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama
Coordenador Geral do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis

Juvenil Rodrigues Cruz

CONTINGENCIAMENTO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
Efeitos do Contingenciamento na Execução Orçamentária

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão do curso de Especialização em Contabilidade Pública e obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Prof. Roberto Bocaccio Piscitelli

Brasília
2009

CRUZ, Juvenil Rodrigues

Contingenciamento das Despesas Orçamentárias: Efeitos do
Contingenciamento na Execução Orçamentária / Juvenil Rodrigues Cruz
Brasília, 2009.
38. p.

Monografia (Especialização em Contabilidade Pública) – Universidade de
Brasília, 2009.

Bibliografia.

1. Lei de Responsabilidade Fiscal 2. Contingenciamento 3. Orçamento
I. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da
Informação e Documentação da UnB. II. Título.

CDD –

Dedico esta especialização aos meus pais,
que promoveram a minha educação e a
Eliane, minha companheira de vida,
que possibilitaram esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Meus Agradecimentos:

- A Deus.
- A minha família e aos meus amigos, pelo incentivo e pela força que deram no decorrer da jornada.
- Ao professor Roberto Bocaccio Piscitelli, pela valiosa orientação na elaboração desse trabalho.
- Ao Superior Tribunal de Justiça pelo incentivo que fornece para capacitação de seus servidores.
- A todas as pessoas que, de modo direto e indireto, contribuíram para realização deste objetivo.

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é realizar uma análise da Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante às ações desencadeadas no cumprimento do seu artigo 9º (contingenciamento) pelos órgãos governamentais e as interferências na execução orçamentária, fornecendo uma visão técnica a respeito das conseqüências destas ações. A pesquisa procurou verificar os Órgãos que tiveram as maiores limitações e quais de seus projetos/ações foram mais prejudicados pelo contingenciamento. Para tanto foi realizado um breve histórico do processo de contingenciamento desenvolvido pelo Poder Executivo a partir da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000 e detalhado esse processo para o exercício de 2007.

Palavras-chaves: Orçamento. Contingenciamento. Lei de Responsabilidade Fiscal.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Limitação de despesas estabelecidas nos primeiros decretos de Contingenciamento - Período de 2000-2007	21
Tabela 2	Valores Autorizados para Movimentação e Empenho – 2007	24
Tabela 3	Avaliação Bimestral da Programação Financeira – 2007.....	24
Tabela 4	Valor do contingenciamento atribuído a cada Poder e ao MP – 2007	26
Tabela 5	Valores autorizados para movimentação e empenho por Órgãos – 2007	29
Tabela 6	Valores autorizados para movimentação e empenho com os acréscimos, recursos e convênios e créditos extraordinários – 2007	30
Tabela 7	Despesa Discricionária Executada – 2007.....	31
Tabela 8	Projetos e atividades executadas pelo Ministério das Cidades - 2007	32
Tabela 9	Projetos e atividades executadas pelo Ministério do Turismo - 2007	33
Tabela 10	Projetos e atividades executadas pelo Ministério do Esporte - 2007	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACDT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ACDT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CF	Constituição Federal
CIDE	Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico
COFF	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONORF	Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSSL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DOU	Diário Oficial da União
DRU	Desvinculação de Recursos da União
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MF	Ministério da Fazenda
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPU	Ministério Público da União
ONG	Organizações Não Governamentais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
PPI	Programa Piloto de Investimento
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
SOF	Secretária do Orçamento Federal
SRF	Secretária da Receita Federal

SUMÁRIO

	RESUMO	07
	LISTA DE TABELAS	08
	LISTA DE SIGLAS	09
1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Lei de Responsabilidade Fiscal	13
2.2	Contingenciamento da Despesa.....	15
2.3	Dispositivos Legais do Contingenciamento da Despesa	15
3	PROCEDER METODOLÓGICO	18
3.1	Método.....	18
3.2	População e amostra	18
3.2	Procedimento de coleta e análise de dados.....	18
4	RESULTADOS E ANÁLISES	19
4.1	Decretos de Contingenciamento.....	19
4.2	Lei Orçamentaria de 2007	22
5	CONCLUSÃO	34
	REFERÊNCIAS	36
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	38

1 INTRODUÇÃO

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ou Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), completou em 2008 oito anos de vigência. Se comparada à Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que completou 44 anos, tem-se um período muito curto para analisar sua eficácia, por se tratar de uma legislação tão complexa. No entanto, evidencia-se ser indiscutível o fato de que, ao se analisar os custos e benefícios, o saldo é positivo, na medida em que essa legislação possibilitou a implementação de uma cultura de responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Expressões como transparência, participação popular, publicidade de resultados, metas fiscais tornaram-se constantes na mídia e reforçam a preocupação crescente da sociedade com relação à verdadeira eficácia da gestão governamental.

Criada com a tarefa de prevenir riscos e corrigir desvios na gestão fiscal pública, a LRF dispõe de diversos instrumentos e princípios, cada qual com suas características e aplicações específicas, mas indispensáveis à consecução de seu objetivo principal, o equilíbrio entre receitas e despesas, e o controle da dívida pública, impondo um rígido controle ao gasto público e ao administrador.

Na busca de uma gestão responsável, a LRF veio ratificar mecanismos já existentes, como o planejamento orçamentário por meio do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, bem como introduziu alguns outros, inovadores, visando permitir o acompanhamento e o controle, por parte da sociedade, dos planos e ações dos gestores públicos.

Apesar de todos os benefícios trazidos pela lei, ela ainda carece de aperfeiçoamento, pois um de seus instrumentos possibilita ao governo, com a justificativa de corrigir os desequilíbrios fiscais, utilizar-se do contingenciamento da despesa, gerando incertezas quanto à utilização de determinados gastos contidos no orçamento, o que pode gerar distorções e perda de transparência do processo orçamentário.

Este estudo tem por objetivo geral a análise da Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante às ações desencadeadas no cumprimento do seu artigo 9º (contingenciamento) pelos órgãos governamentais, e as interferências na sua execução orçamentária, fornecendo uma visão técnica a respeito das consequências destas ações. Para isto será analisado o que acontece com alguns órgãos que tiveram suas despesas limitadas pelo contingenciamento.

Desta forma, este trabalho está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. A segunda parte trata da fundamentação teórica do trabalho, destacando o que diz a literatura a respeito da LRF e seus fundamentos: planejamento, transparência, controle e responsabilização. A terceira parte trata do método e do procedimento adotado para coleta e análise de dados. Os Resultados e análises do trabalho são objeto da quarta parte, com um breve enfoque no contingenciamento realizado pelo Poder Executivo a partir da edição da LRF e uma análise mais específica sobre o ano de 2007. A quinta parte apresenta as conclusões e traça as considerações finais deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta segunda parte do trabalho, apresentaremos uma breve análise teórica sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e seus princípios: planejamento, transparência, controle e responsabilização, facilitando, com isso, uma melhor compreensão do resultado da pesquisa.

2.1 Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal veio para regular o disposto nos artigos 163 a 169 do Capítulo II do Título VI da Constituição Federal.

De acordo com Nóbrega (2002, p.25), seus objetivos são:

- Instituir uma gestão fiscal responsável, com ênfase no controle do gasto continuado e no endividamento;
- Prevenir desvios e estabelecer mecanismos de correção e, dessa forma, punições aos administradores por desvios graves e eventual não-adoção de medidas corretivas;
- Modificar profundamente o regime fiscal brasileiro, dando um "choque" de transparência no setor público, com maior divulgação das contas públicas e, ao mesmo tempo, tornando-as mais inteligíveis.

Segundo Cruz (2006, p.9), a LRF “objetiva corrigir o rumo da administração pública, bem como limitar os gastos às receitas, mediante a adoção de técnicas de planejamento governamental, organização, controle interno e externo e, finalmente, transparência das ações de governo em relação à população, [...]”

Desta forma, a lei determina metas, limites e procedimentos relativos à despesa, ao endividamento e às operações financeiras realizadas pelos entes públicos, tanto da União, quanto dos Estados e Municípios, abrangendo ainda os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sejam da administração direta ou da indireta; estabelece sanções para aqueles que não cumprirem com suas determinações e prescreve fórmulas e prazos de enquadramento às suas exigências.

Em suma, governantes passarão a seguir regras e limites claros para conseguir administrar, buscando a qualidade da gestão fiscal com o equilíbrio das finanças públicas de

maneira transparente para o cidadão. Para atender alguns desses limites, a LRF instituiu no seu art. 9º o mecanismo do contingenciamento, que será tratado mais adiante no trabalho.

A importância da LRF para a obtenção do equilíbrio das contas públicas pode ser observada em seus quatro fundamentos ou componentes principais: o Planejamento, o Controle, a Transparência e a Responsabilização.

O Planejamento visa estabelecer de maneira eficaz a junção entre as peças orçamentárias, ou seja, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Tratado nos oitos artigos do Capítulo II da LRF, o planejamento, segundo Cruz (2006, p.20), pode ter sua finalidade descrita como: “identificar os objetivos e gerar processo capaz de garantir, no tempo adequado, a disponibilidade da estrutura e dos recursos para execução de determinada ação concreta ou atitude decisória considerada relevante e que possibilitem um posterior controle”.

O controle da execução orçamentária obedece ao art. 75 da Lei nº 4.320/64 e terá ênfase na verificação dos aspectos de legalidade dos atos da administração que resultem em arrecadação da receita e geração de despesa, o nascimento ou extinção de direitos e obrigações, bem como a responsabilidade dos agentes públicos responsáveis por bens e valores e o cumprimento de programas de trabalho.

Os principais itens que deverão ter o seu controle acompanhado segundo a LRF são: os limites para o endividamento público e de gastos com pessoal, as definições de metas fiscais anuais, a despesa da seguridade social, os mecanismos de compensação para despesas de caráter continuado e os mecanismos para controle das finanças públicas em anos de eleição.

O art. 48 da LRF, que trata da transparência da gestão fiscal, determina a divulgação ampla em veículos de comunicação, inclusive por meio eletrônico, dos relatórios com informações que tratam das receitas e das despesas, possibilitando verificar sua procedência e a autenticidade das informações prestadas.

A transparência da gestão pública está associada à obrigatória elaboração dos seguintes documentos: Planos, Leis e Diretrizes Governamentais; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatórios de Gestão Fiscal; Prestações de Contas Individualizadas, por Poder; Registros Eletrônicos elaborados pelo Governo Federal e disponibilizados ao público; e de Audiências Públicas do Poder Executivo.

Pelas infrações dos dispositivos da LRF, a responsabilização ou sanção poderá ser institucional e pessoal, conforme dispõe a lei (art. 22, § único; art. 51, § 2º; art. 52, § 2º; art. 55, § 3º; e art. 73).

As sanções institucionais são decorrentes do descumprimento, pelos Estados e Municípios, dos limites da despesa com pessoal e pela perda do prazo para entrega do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, impossibilitando-os de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

Já as sanções pessoais são direcionadas aos agentes públicos pelo descumprimento das regras de final de mandato (art. 42) e também pela perda do prazo para entrega do Relatório de Gestão Fiscal (art.54).

2.2 Contingenciamento da Despesa

O contingenciamento é um dispositivo adotado pelo governo, com base legal, para assegurar o equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas. Por meio deste procedimento, o Poder Executivo limita a realização da despesa orçamentária a valores inferiores aos autorizados na Lei Orçamentária Anual – LOA e nos créditos adicionais, e apresenta que tal dispositivo tem como objetivo evitar que os gastos excedam aos valores efetivamente recebidos no exercício financeiro, apesar de que na prática o utiliza para fazer superávit primário e pagamento dos juros e amortização da dívida da União.

Apesar de toda controvérsia sobre o caráter autorizativo da Lei Orçamentária, o governo continua alegando que, como a execução da despesa não é impositiva, pode contingenciá-la, pois não existe a obrigatoriedade de que se cumpra, de forma integral, a programação orçamentária constante da lei.

2.3 Dispositivos Legais do Contingenciamento da Despesa

Os decretos de contingenciamento editados pelo Poder Executivo, logo após a aprovação e publicação da lei orçamentária, tem variado o fundamento legal ao longo dos anos, até a edição da LRF fundamentavam-se no art. 48 da Lei nº 4.320/64 e no art. 72 do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967:

Art. 47. Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

Art. 48. A fixação das cotas a que se refere o artigo anterior atenderá aos seguintes objetivos:

- a) assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa anual de trabalho;
- b) manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

Art. 72. Com base na lei orçamentária, créditos adicionais e seus atos complementares, o órgão central da programação financeira fixará as cotas e prazos de utilização de recursos pelos órgãos da Presidência da República, pelos Ministérios e pelas autoridades dos Poderes Legislativo e Judiciário para atender à movimentação dos créditos orçamentários ou adicionais.

§ 1º Os Ministros de Estado e os dirigentes de Órgãos da Presidência da República aprovarão a programação financeira setorial e autorizarão às unidades administrativas a movimentar os respectivos créditos, dando ciência ao Tribunal de Contas.

§ 2º O Ministro de Estado, por proposta do Inspetor Geral de Finanças, decidirá quanto aos limites de descentralização da administração dos créditos, tendo em conta as atividades peculiares de cada órgão.

A partir da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, a busca pelo cumprimento das metas de superávits primários fixados na LDO, e pelo equilíbrio entre despesas e receitas passou a ser disciplinado pelo artigo 9º desta lei:

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Em resumo, a LRF estabelece, com relação à limitação de empenho e de movimentação financeira, que: a LDO fixe metas de resultados primário e nominal; que a realização da receita deve ser acompanhada de modo contínuo e, caso verifique-se que a meta de resultado primário não será cumprida, todos os Poderes e o Ministério Público deverão promover limitação de empenho nos valores necessários para assegurar o cumprimento da meta fiscal. A lei ainda determina que haverá revisão da limitação de empenho, caso ocorra recuperação do nível de arrecadação, devendo as dotações serem recompostas.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

Em termos gerais busca-se discutir a forma como o Poder Executivo tem utilizado o mecanismo de contingenciamento de despesa dentro orçamento público. Para tanto, pretende-se adotar a pesquisa com base em dados secundários, procurando suporte nos diversos autores do tema, análises de artigos, livros e periódicos especializados, aproveitando as diversas fontes de informações específicas publicadas a respeito do tema.

3.1 Método

O estudo compreende uma análise interpretativa/descritiva das disposições legais que tratam das ações voltadas para o cumprimento pelo governo das normas constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange ao equilíbrio fiscal.

Primeiramente será realizada uma análise do orçamento público e dos decretos de contingenciamento editados ao longo de 2007, verificando os órgãos mais afetados, e, depois, como isso interferiu na execução suas despesas.

3.2 População e amostra

A pesquisa será baseada no exercício financeiro de 2007, tendo como população os órgãos do Poder Executivo, que representam mais de 90% de toda a despesa passível de ser contingenciada.

Dentre os órgãos do Poder Executivo, serão analisados os três que tiveram maior volume contingenciado. Esta seleção não se baseará no valor contingenciado, e sim em quanto esse valor representa sobre o que foi aprovado na LOA.

3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados

Para responder a esta indagação serão analisados os decretos de contingenciamento, o anexo de metas fiscais e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, e pelo cruzamento destas informações serão elaboradas tabelas demonstrativas e análises dos efeitos do contingenciamento de despesas nos órgãos envolvidos.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos através do Sistema SIGA BRASIL, do Senado Federal, no sítio do Tribunal de Contas da União e no Portal da ONG, Contas Abertas.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Nesta parte serão apresentados os resultados e análises do trabalho, fazendo um breve histórico sobre o contingenciamento realizado pelo Poder Executivo a partir da edição da LRF, e uma análise do exercício financeiro de 2007, com enfoque no volume contingenciado, órgãos mais afetados e as consequências em suas execuções orçamentárias.

4.1 Decretos de Contingenciamento

No período de 1990 a 1994, os Decretos de Contingenciamento editados pelo Poder Executivo tornavam indisponíveis para empenho os saldos das dotações orçamentárias consignadas nas leis orçamentárias para os respectivos exercícios financeiros, bem como os créditos adicionais e as atualizações desses valores.

Mesmo após a implantação do Plano Real, o governo continuou a fazer uso dos decretos de contingenciamento como instrumento de ajuste das contas públicas, apenas restringindo o contingenciamento aos órgãos do Poder Executivo e limitando os gastos a “outras despesas de custeio e de capital”, que abrange os dispêndios com “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras”.

Observa-se, assim, que, ao longo dos anos, o contingenciamento tem sido um instrumento de ajuste importante para assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas. A partir da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo tem recorrido a esse expediente para realizar as metas de superávit primário, sob a justificativa de se ajustar à execução da despesa aos recursos orçamentários disponíveis.

O art. 9º da LRF inseriu um caráter obrigatório ao contingenciamento quando determinou que, ao final de cada bimestre, fosse verificado se a realização da receita possibilitará o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, cabendo, em caso negativo, aos Poderes e o ao Ministério Público promover a limitação de empenho e de movimentação financeiras, conforme critérios estabelecidos na LDO.

Com isso, obriga o Poder Executivo a comprovar que a previsão de receita é suficiente para arcar com as despesas constantes na lei orçamentária, demonstrando as alterações nas premissas e parâmetros que direcionaram a estimativa da receita e/ou fixação da despesa.

A LRF estabelece, ainda, que o primeiro decreto de contingenciamento da despesa deverá ser editado após o encerramento do primeiro bimestre da execução orçamentária; contudo, podemos observar que, a partir de 2001 (Tabela 1) os decretos estão sendo editados logo após o início da execução orçamentária¹.

Tabela 1: Limitação de despesas estabelecidas nos primeiros decretos de contingenciamento. Período de 2000-2007.

(em R\$ bilhões)					
Ano	Decreto	Data Publicação	Despesas contingenciáveis ² (A)	Valor do contingenciamento (B)	B/A (%)
2000	3.473	18/5/2000	42,48	8,56	19,9
2001	3.746	6/1/2001	57,9	7,4	12,6
2002	4.120	7/2/2002	61,8	13,2	21,2
2003	4.591	10/2/2003	62,1	14,1	22,7
2004	4.992	18/2/2004	66,8	6,0	8,9
2005	5.379	25/2/2005	71,5	15,9	22,23
2006	5.780	19/5/2006	89,1	14,2	15,93
2007	6.046	22/2/2007	89,3	16,4	18,36

Fonte: Notas Técnicas Conjuntas COFF/CONORF nº 8/2000, 4/2001, 2/2002, 2/2003, 3/2004, 1/2005, 3/2006 e 2/2007.

Descrevemos abaixo os motivos apresentados pelo Poder Executivo para realizar o contingenciamento:

Em 2000³, o Decreto nº 3.473, de 18/5/2000, contingenciou 19,9% das despesas sujeitas a esse procedimento (outras despesas correntes e de capital). Isto é, de um montante de R\$ 42,48 bilhões, passível de corte, a contenção foi de R\$ 8,56 bilhões. Um fator que pode ter influenciado esta decisão foi a diminuição nas receitas previstas na lei orçamentária: a contribuição dos servidores inativos para o plano de seguridade dos servidores públicos não foi arrecadada em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal; e a parcela de Preço Específica de Derivados de Petróleo, não arrecadada.

Em 2001⁴, o valor contingenciado foi menor, chegando a 12,6%. Entre os fatores que levaram a esta restrição de despesas para promover o equilíbrio orçamentário, podemos destacar: o aumento da despesa com pessoal militar, o aumento do déficit da previdência e a perspectiva de redução da receita administrada pela Secretaria da Receita Federal.

¹ Exceção feita ao exercício de 2006, em que, devido ao atraso na aprovação do orçamento, ocorreu somente em maio.

² As despesas contingenciáveis são estabelecidas nas leis de diretrizes orçamentárias, compondo-se das despesas primárias discricionárias, salvo exceções estabelecidas na própria lei.

³ Análise extraída do Relatório de Avaliação – Meta Fiscal 1º Quadrimestre 2000 do Tesouro Federal.

⁴ Análise extraída do Relatório de Avaliação – Meta Fiscal 1º Quadrimestre 2001 do Tesouro Federal.

As principais justificativas para 2002⁵ devem-se também à possibilidade de frustração de algumas receitas e à inclusão de novas despesas que não estavam previstas na lei orçamentária. A não-aprovação da contribuição previdenciária dos servidores inativos e a superestimativa nas receitas provenientes do salário-educação e de dividendos diminuíram a receita em quase R\$ 3,8 bilhões, que, somados à diminuição da previsão de crescimento do PIB, de 3,5% para 2,5%, fez com que a redução da receita chegasse à R\$ 6,8 bilhões. Já as despesas aumentaram em quase R\$ 7 bilhões, devido à subestimativa nas despesas obrigatórias com pessoal e encargos.

A necessidade de aumentar a meta do superávit primário de 2,25% para 2,45% do PIB, somada à inclusão de despesa com pagamento de subsídios e à reestimativa de despesas obrigatórias com pessoal, previdência e outros, foram as justificativas para o contingenciamento das despesas no exercício de 2003⁶.

O menor contingenciamento ocorrido no período analisado ocorreu em 2004⁷ com um contingenciamento de R\$ 6 bilhões, assim justificado pelo Poder Executivo: diminuição na estimativa de arrecadação do Imposto de Renda, da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (CIDE) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), bem como a elevação das despesas obrigatórias (pessoal, encargos, previdência e outras).

Para o ano de 2005⁸, a redução deu-se em virtude de a reestimativa das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal ter sido reduzida em R\$ 7,2 bilhões. Aliada a esse fator, incorporou-se nova estimativa de gastos obrigatórios, derivada principalmente do crescimento dos Benefícios Previdenciários e do reajuste real do salário mínimo.

Outro item que merece destaque no exercício de 2005 refere-se à definição da base contingenciável, na qual o Poder Executivo incluiu, além das despesas primárias discricionárias, as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais da União, relacionadas no Anexo VIII do Decreto nº 5.379, de 25/2/2005, que, de acordo com a LRF devem estar fora do contingenciamento. Tal procedimento contraria o disposto no art. 71, § 1º, da Lei nº 10.934/2004 (LDO 2005), que estabelece que o cronograma de pagamentos mensais de despesas não-financeiras deve excluir as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União, constantes do Anexo V, daquela Lei.

⁵ Análise extraída do Relatório de Avaliação – Meta Fiscal 1º Quadrimestre 2002 do Tesouro Federal

⁶ Análise extraída do Relatório de Avaliação – Meta Fiscal 1º Quadrimestre 2003 do Tesouro Federal

⁷ Análise extraída do Relatório de Avaliação – Meta Fiscal 1º Quadrimestre 2004 do Tesouro Federal

⁸ Análise extraída do Relatório de Avaliação – Meta Fiscal 1º Quadrimestre 2005 do Tesouro Federal

Na ausência da Lei Orçamentária Anual de 2006 – LOA/2006, o Poder Executivo editou o Decreto nº 5.698, de 8 de fevereiro de 2006, com observância ao disposto no art. 74 da LDO – 2006, estabelecendo cronograma provisório de empenho até a sanção da LOA – 2006 e de desembolso para o primeiro trimestre de 2006. A aprovação da Lei Orçamentária deu-se somente em 16 de maio, quando, então, o Poder Executivo editou o Decreto nº 5.780, de 19/05/2006, estabelecendo os valores das despesas a serem contingenciadas para o ano, expondo as seguintes justificativas: diminuição da receitas arrecadadas em relação às aprovadas na lei orçamentária e reestimativa das despesas obrigatórias em R\$ 11,3 bilhões⁹.

Com relação ao contingenciamento de despesa no orçamento anual de 2007¹⁰, o Poder Executivo justificou que se deu à reestimativa das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, que apontou para uma redução de R\$ 17,8 bilhões na arrecadação anual em relação à previsão contida na LOA-2007. As principais quedas ocorreriam no Imposto sobre a Renda – IR, na COFINS e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. A Contribuição para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS também sinalizou uma redução de R\$ 4,7 bilhões em relação ao montante estimado na LOA-2007. Adicionalmente, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC propõe medidas de desoneração tributária, que provocariam a redução de aproximadamente R\$ 6 bilhões na projeção de arrecadação das receitas administradas pela SRF/MF para o exercício de 2007.

4.2 Lei Orçamentária de 2007

O orçamento de 2007 foi aprovado pela Lei nº 11.451, de 7/2/2007, estimando as receitas e fixando as despesas da União para o exercício financeiro de 2007.

Do valor de R\$ 105,65 bilhões aprovados na LOA para realização de despesas discricionárias e obrigatórias, R\$ 16,38 bilhões foram contingenciados pelo Decreto nº 6.046, de 22/2/2007, o que representa um corte de 18,36% nas despesas orçamentárias.

A Tabela 2 faz um comparativo das despesas aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 e os valores discriminados pela Portaria Interministerial 45/2007, dividindo-as em despesas discricionárias e obrigatórias, e ao mesmo tempo indica que os valores destinados ao Programa Piloto de Investimento – PPI não sofreram contingenciamento.

⁹ Análise extraída do Relatório de Avaliação – Meta Fiscal 1º Quadrimestre 2006 do Tesouro Federal

¹⁰ Análise extraída do Relatório de Avaliação – Meta Fiscal 1º Quadrimestre 2007 do Tesouro Federal

Tabela 2: Valores Autorizados para Movimentação e Empenho - 2007 (em R\$ milhões)

Despesas	LOA	Portaria Interministerial 45/2007	Diferença Contingenciamento
Discricionária	63.963.546	43.418.075	20.545.471
PPI	4.582.830	4.582.830	0
Demais	59.380.716	38.835.245	20.545.471
Obrigatórias	41.695.032	41.695.032	0
Reserva	0	4.158.796	4.158.796
Total	105.658.578	89.271.903	16.386.675

Fonte: Decreto 6.406/2007 e Portaria Interministerial MF/MP nº45, de 22/02/2007 do Ministério da Fazenda e do Planejamento.

O Poder Executivo, com vistas a dar cumprimento ao art. 8º da LRF e ao art. 76 da LDO-2007, estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e, ao final de cada bimestre, realizou o ajuste, a fim de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO. A Tabela 3 demonstra como foi realizado o descontingenciamento da despesa ao longo de 2007.

Tabela 3: Avaliação Bimestral da Programação Financeira-2007 (em R\$ bilhões)

Período	Decreto	Data	Despesas contingenciáveis (A)	Valor do contingenciamento (B)	B/A (%)
1º Bim.	6.046	22/2/2007	89,3	16,4	18,36
2º Bim.	6.076	10/4/2007	89,3	16,4	18,36
3º Bim.	6.173	30/7/2007	58,45	9,6	16,42
4º Bim.	6.242	19/10/2007	58,45	8,6	14,71
5º Bim.	6.309	18/12/2007	58,45	3,6	6,16

Fonte: http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Execucao/2007

Com o encerramento do 1º bimestre, foi realizada a reavaliação das receitas e despesas projetadas quando da edição do Decreto nº 6.046/2007, tendo os valores sido confirmados, de acordo com o relatório bimestral de que trata o art. 77, § 5º, da LDO-2007, enviado à Comissão Mista de Orçamento do Congresso no mês de março.

Da limitação de R\$ 16,4 bilhões coube aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao MPU, respectivamente: R\$ 15,1 bilhões, R\$ 336,9 milhões, R\$ 744,0 milhões e R\$ 165,4 milhões.

Entretanto do valor previsto para o Judiciário e Ministério Público, o montante de R\$ 643,3 milhões foi limitado no âmbito do Poder Executivo¹¹, (Tabela 4). Por isso, foi

¹¹ A justificativa apresentada pelo Judiciário afirma que os cortes poderiam prejudicar a prestação de serviço e a ampliação do acesso à Justiça.

publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2007 a retificação do Decreto nº 6.076/2007, alterando os valores das despesas discricionárias do Poder Executivo e dos Poderes Legislativo e Judiciário e MPU, a fim de torná-las compatíveis com as limitações de empenho efetivadas.

Na avaliação do 2º bimestre, as projeções indicaram não haver necessidade de se proceder a limitação adicional àquela prevista por ocasião da edição do Decreto nº 6.076/2007, uma vez que os acréscimos previstos nas receitas e nas despesas primárias compensaram-se mutuamente.

O ajuste da base contingenciável¹² ocorrida no 3º bimestre reduziu a base de R\$ 89,3 bilhões para R\$ 58,45 bilhões, possibilitando o descontingenciamento de R\$ 6,8 bilhões.

A revisão das estimativas de receita cresceu em relação à estimativa do 3º bimestre; com isso, foi possível ampliar os limites para movimentação e empenho e de pagamento em R\$ 1,0 bilhão.

Encerrado o 5º bimestre de 2007, foi efetuada a reavaliação das receitas e despesas primárias de execução obrigatória, o que possibilitou a ampliação dos limites para movimentação e empenho e de pagamento em relação à 4ª avaliação bimestral, no montante de R\$ 5,0 bilhões.

Fica evidente na análise do descontingenciamento realizado durante o ano de 2007 que a liberação para movimentação financeira é realizada de forma limitada durante os primeiros bimestres do ano para que, no final do exercício, sejam liberadas grandes quantias.

Para atender o objetivo deste trabalho, ou seja, verificar quais os órgãos mais afetados pelo contingenciamento imposto pelo governo com objetivo de atender o artigo 9º da LRF, e como isto está afetando o desenvolvimento de seus projetos, podemos verificar na Tabela 4 que o Executivo é responsável por quase a totalidade das despesas passíveis de limitação de empenho e movimentação financeira, com 92,39% , seguido do Poder Judiciário, com 4,54%, Legislativo, com 2,06% ,e o Ministério Público, com 1,01%.

¹² O Poder Executivo extrapolou a definição de base contingenciável ao incluir, além das despesas primárias discricionárias, despesas que constituem obrigações constitucionais e legais da União, relacionadas no Anexo VIII do Decreto nº 6.046, 22/2/2007 que, de acordo com a LRF devem estar fora do contingenciamento. Tal procedimento contraria o disposto no art. 71, § 1º, da Lei nº 10.934/2004 (LDO 2005), que estabelece que o cronograma de pagamentos mensais de despesas não-financeiras deve excluir as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União, constantes do Anexo V, daquela Lei; Expurgadas as despesas obrigatórias, a base contingenciável da despesa discricionária em 2005 cai de R\$ 87,39 para R\$ 54,36 bilhões, sendo R\$ 32,9 bilhões despesas correntes (GND 3) e R\$ 21,46 bilhões despesas de capital (GNDs 4 e 5);

Para verificar qual órgão mais afetado, a análise se baseará não no valor contingenciado e, sim, em quanto esse valor representa sobre o que foi aprovado na LOA.

Tabela 4: Valor do contingenciamento atribuído a cada Poder e ao MP-2007 (em R\$ milhões)

Poder	% (1)	Limitação 1º Bim.	Limitação (2)	Limitação 2º Bim.	Limitação 3º Bim.	Limitação 4º Bim.	Limitação 5º Bim.
Executivo	92,39	15.140,40	15.783,72	15.783,72	9.383,72	8.394,92	3.494,92
Legislativo	2,06	336,86	336,86	336,86	29,26	26,16	10,86
Judiciário	4,54	744,02	217,70	217,70	107,40	96,10	39,90
MPU	1,01	165,40	48,40	48,40	47,40	42,30	17,00
Total	100	16.386,68	16.386,68	16.386,68	9.567,78	8.559,48	3.562,68

Fonte: Relatório de metas fiscais – 2007

(1) participação de cada órgão na base contingenciável, calculada de acordo com o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 77 da LDO-2007.

(2) O Poder Judiciário e o MPU efetivaram suas limitações de empenho e movimentação financeira em valores inferiores aos estabelecidos no Decreto nº 6.076/2007. Assim, por meio da Portaria Conjunta nº 2, de 29 de março de 2007, o Poder Judiciário procedeu a uma limitação de R\$ 217,7 milhões. O MPU, por sua vez, publicou a Portaria nº 143, de 12 de abril de 2007, que limitou em R\$ 48,4 milhões suas despesas discricionárias. Dessa forma, o valor que não foi contingenciado pelo Poder Judiciário e MPU, correspondente a R\$ 643,3 milhões, foi objeto de limitação no âmbito do Poder Executivo em decorrência disso, foi publicada no DOU do dia 20 de abril de 2007 retificação do Anexo XI do Decreto nº 6.076, de 10 de abril de 2007, alterando os valores das despesas discricionárias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU, a fim de torná-los compatíveis com as limitações de empenho efetivadas.

Conforme Tabela 5, a maior redução ocorreu no Ministério do Turismo, com o percentual de 77,30%, seguida pelo Ministério do Esporte, com 67,08 %, e pelo Ministério das Cidades, com 64,52%.

As despesas discricionárias do Ministério do Turismo para o exercício de 2007, aprovadas na Lei Orçamentária, apresentavam o valor de R\$ 1.760 milhões, tendo o seu empenho e movimentação financeira limitados a R\$ 400 milhões, através do Decreto nº 6.076, de 10/4/2007. Conforme se verifica na Tabela 6, o descontingenciamento somente foi realizado em 18/12/2007, através do Decreto nº 6.309, quando foi liberado a movimentação de mais R\$ 1.119 milhões.

O mesmo ocorre com o Ministério do Esporte, que teve sua movimentação financeira limitada a R\$ 300,4 milhões, quando tinha dotação aprovada na LOA de R\$ 912,4 milhões, tendo o descontingenciamento liberado R\$ 451 milhões, através do Decreto nº 6.309, de 18/12/2007.

No Ministério das Cidades, de um total de R\$ 3.704 milhões aprovados na LOA, apenas R\$ 1.314 milhões foram liberados através do Decreto nº 6.076/2007, sendo que R\$ 1.406 milhões foram descontingenciados faltando apenas 12 dias para o final do exercício.

Além dos valores descontingenciados, foram disponibilizados a estes ministérios, nos últimos dias do ano, através das MPs n^{os} 405, de 18/12/2007, 406, de 20/12/2007, 408, de 26/12/2007, e 409, de 27/12/2007, créditos extraordinários nos valores de R\$ 256.000 milhões, R\$ 144.937 milhões e R\$ 1.499.017 milhões respectivamente.

Conforme consta no art. 167, § 3º da CF, a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62. Em uma análise mais criteriosa, a grande maioria dos créditos extraordinários abertos pelo governo em 2007 não atenderia os requisitos de despesas imprevisíveis e urgentes. Mesmo assim, o governo continua a utilizar estes créditos, (Tabela 6), pois sua abertura é realizada através de medida provisória, o que evita a autorização prévia do Legislativo, tornando o processo mais rápido, e ainda possibilitando que os créditos extraordinários abertos nos últimos quatro meses do ano possam ser reabertos no exercício seguinte no limite dos seus saldos (art. 167, § 2º CF).

Uma maneira de verificar se o contingenciamento, realizado no início do ano, interfere no planejamento das ações de projetos dos órgãos, é da analisar o volume executado das despesas em relação ao que foi planejado, e através da Tabela 7 podemos verificar que as despesas discricionárias executadas ficaram muito abaixo do que estavam previstas e dentre os órgãos do Poder Executivo que tiveram o pior desempenho, podemos destacar os Ministérios do Turismo com 41,40%, do Esporte com 56,96% e das Cidades com 24,08% de despesas executadas no exercício de 2007.

Observando ainda a Tabela 7, verificamos que o valor liquidado é bem maior do que o executado, demonstrando que, mesmo ocorrendo o descontingenciamento da despesa, os órgãos não possuem tempo suficiente para executar seus projetos, levando-os a inscreverem na rubrica restos a pagar o que não foi executado.

Ministério das Cidades

Apenas 18,57% (Tabela 8) de todos seus projetos/atividades foram executados dentro do exercício de 2007, e alguns não chegaram a 1% de execução dos valores orçados pagos, como por exemplo:

- 6001 – Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte, com 0,49% , e
- 6002 – Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte, com 0,26%.

Ministério do Turismo

Estendendo esta análise para o Ministério do Turismo (Tabela 9), verificamos que em 2007 foi executado apenas 28,57% dos projetos/atividades desenvolvidos pelo órgão, sendo que na ação 0564-Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística, inserida no programa 1166-Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos, teve apenas 12,93% do valor orçado efetivamente pago no final do exercício.

Ministério do Esporte

Neste Ministério (Tabela 10) verificamos a mesma dificuldade de se cumprir os programas e ações relacionadas no orçamento, onde a Ação 5450-Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo, inserida no programa 1250-Esporte e Lazer da Cidade, chegou ao final do exercício com apenas 2,68% de suas execução efetivamente paga.

Tabela 5: Valores autorizados para movimentação e empenho por Órgãos- 2007

(em R\$ mil)

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Obrigatórias		Demais (*)		Total		
	Lei (a)	Disponível (b)	Lei (c)	Disponível (d)	Lei (a + c)	Disponível (b + d)	Redução %
Min. do Turismo	1.066	1.066	1.760.996	398.934	1.762.062	400.000	77,30
Min. do Esporte	561	561	911.847	299.799	912.408	300.360	67,08
Min. das Cidades	20.304	20.304	3.684.147	1.294.161	3.704.451	1.314.465	64,52
Min. da Integração Nacional	13.997	13.997	2.069.228	803.681	2.083.225	817.678	60,75
Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	35.569	35.569	937.428	418.434	972.997	454.003	53,34
Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	74.497	74.497	1.397.436	742.207	1.471.933	816.704	44,51
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	43.437	43.437	75.935	24.435	119.372	67.872	43,14
Min. de Minas e Energia	17.087	17.087	605.283	366.454	622.370	383.541	38,37
Min. da Cultura	10.627	10.627	628.712	390.188	639.339	400.815	37,31
Min. das Comunicações	5.505	5.505	515.456	321.184	520.961	326.689	37,29
Min. do Meio Ambiente	14.323	14.323	636.875	424.215	651.198	438.538	32,66
Presidência da República	23.667	23.667	1.098.255	750.968	1.121.922	774.635	30,95
Min. da Justiça	65.414	65.414	1.907.490	1.355.328	1.972.904	1.420.742	27,99
Min. da Previdência Social	119.514	119.514	1.350.786	964.990	1.470.300	1.084.504	26,24
Min. dos Transportes	16.717	16.717	8.240.893	6.074.682	8.257.610	6.091.399	26,23
Min. das Relações Exteriores	5.295	5.295	986.005	777.955	991.300	783.250	20,99
Advocacia-Geral da União	16.156	16.156	114.644	89.610	130.800	105.766	19,14
Min. do Desenvolvimento. Ind. Comércio Exterior	8.461	8.461	571.815	461.645	580.276	470.106	18,99
Min. do Trabalho e Emprego	16.656	16.656	887.748	719.778	904.404	736.434	18,57
Min. da Defesa	177.597	177.597	6.845.332	5.554.663	7.022.929	5.732.260	18,38
Operações Oficiais de Crédito	0	0	56.894	46.710	56.894	46.710	17,90
Min. da Saúde	29.521.615	29.521.615	11.117.168	5.304.827	40.638.783	34.826.442	14,30
Min. do Desenvolvimento Agrário	68.444	68.444	2.295.341	2.005.577	2.363.785	2.074.021	12,26
Min. da Fazenda	66.235	66.235	2.194.667	1.934.857	2.260.902	2.001.092	11,49
Gabinete da Vice-Presidência da República	71	71	2.529	2.315	2.600	2.386	8,23
Min. da Ciência e Tecnologia	33.200	33.200	3.547.662	3.299.605	3.580.862	3.332.805	6,93
Min. da Educação	2.712.626	2.712.626	6.970.644	6.321.420	9.683.270	9.034.046	6,70
Encargos Financeiros da União	0	0	395.000	380.039	395.000	380.039	3,79
Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	8.606.390	8.606.390	2.157.329	1.889.414	10.763.719	10.495.804	2,49
Reserva	0	0	0	4.158.796	0	4.158.796	0,00
TOTAL	41.695.031	41.695.031	63.963.545	47.576.871	105.658.576	89.271.902	15,51

(*) Inclui PPI no valor de R\$ 4.582.830,0 mil.

Fonte: Relatório de Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira MPOG/SOF de 2007 - Adaptado

Tabela 6: Valores autorizados para movimentação e empenho com os acréscimos, recursos e convênios e créditos extraordinários - 2007 (em R\$ mil)

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Lei (a)	Disponível Decreto 6.076/2007 (b)	Redução % (c= b / a)	Acréscimos Decreto 6.309/07 (d)	Recursos e convênios (e)	Créditos Extraordinários (f)	Valor Autorizado (g= b+d+e+f)	Variação % (h = g / a)
Operações Oficiais de Crédito	56.894	46.710	17,90	0	0	410.400	457.110	703,44
Min. da Integração Nacional	2.083.225	817.678	60,75	681.800	42.600	2.654.300	4.196.378	101,44
Min. das Cidades	3.704.451	1.314.465	64,52	1.406.400	300	4.421.300	7.142.465	92,81
Encargos Financeiros da União	395.000	380.039	3,79	0	0	300.000	680.039	72,16
Presidência da República	1.121.922	774.635	30,95	702.700	0	304.200	1.781.535	58,79
Min. do Esporte	912.408	300.360	67,08	451.700	0	656.400	1.408.460	54,37
Min. dos Transportes	8.257.610	6.091.399	26,23	795.000	0	5.180.000	12.066.399	46,12
Min. das Comunicações	520.961	326.689	37,29	123.200	0	290.000	739.889	42,02
Min. do Des. Ind. Comércio Exterior	580.276	470.106	18,99	252.800	600	94.600	818.106	40,99
Min. do Desenvolvimento Agrário	2.363.785	2.074.021	12,26	335.700	0	772.000	3.181.721	34,60
Min. da Justiça	1.972.904	1.420.742	27,99	372.500	0	801.400	2.594.642	31,51
Min. da Previdência Social	1.470.300	1.084.504	26,24	294.400	0	512.700	1.891.604	28,65
Min. da Fazenda	2.260.902	2.001.092	11,49	310.400	8.000	501.300	2.820.792	24,76
Min. da Defesa	7.022.929	5.732.260	18,38	970.500	107.100	1.505.100	8.314.960	18,40
Min. da Educação	9.683.270	9.034.046	6,70	246.300	55.100	1.997.600	11.333.046	17,04
Advocacia-Geral da União	130.800	105.766	19,14	23.000	0	20.100	148.866	13,81
Min. da Cultura	639.339	400.815	37,31	162.100	0	136.000	698.915	9,32
Min. das Relações Exteriores	991.300	783.250	20,99	142.800	600	136.200	1.062.850	7,22
Min. do Des. Social e Combate à Fome	10.763.719	10.495.804	2,49	718.700	0	10.000	11.224.504	4,28
Min. da Ciência e Tecnologia	3.580.862	3.332.805	6,93	319.600	4.000	74.900	3.731.305	4,20
Min. da Saúde	40.638.783	34.826.442	14,30	3.580.400	100	3.750.700	42.157.642	3,74
Min. do Trabalho e Emprego	904.404	736.434	18,57	77.600	800	122.200	937.034	3,61
Min. do Turismo	1.762.062	400.000	77,30	1.119.200	0	256.000	1.775.200	0,75
Reserva	0	4.158.796	0	-2.179.900	0	0	1.978.896	0,00
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.600	2.386	8,23	200	0	0	2.586	-0,54
Min. do Meio Ambiente	651.198	438.538	32,66	144.200	500	43.100	626.338	-3,82
Min. de Minas e Energia	622.370	383.541	38,37	160.200	7.800	41.600	593.141	-4,70
Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	972.997	454.003	53,34	322.600	1.700	110.300	888.603	-8,67
Min. da Agricultura, Pecuária e Abast.	1.471.933	816.704	44,51	403.400	7.300	115.900	1.343.304	-8,74
Transferências a Estados, DF e Munic.	119.372	67.872	43,14	40.000	0	0	107.872	-9,63
TOTAL	105.658.576	89.271.902	15,51	11.977.500	236.500	25.218.300	126.704.202	19,92

Fonte: Relatório de Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira MPOG/SOF de 2007 - Adaptado

Tabela 7: Despesa Discricionária Executada - 2007

(em R\$ milhões)

Órgão	Dotação Inicial	Autorizado	Liquidado	Pago	RP Pago	RP a Pagar	Total Pagamento	% Executado*
Ministério do Turismo	1.762.062	2.060.062	1.742.783	561.867	609.624	159.841	1.171.491	41,40
Ministério do Esporte	912.409	1.561.846	1.401.133	740.956	451.262	79.894	1.192.218	56,96
Ministério das Cidades	3.704.451	7.953.917	6.503.865	1.080.762	1.538.678	1.387.095	2.619.440	24,08

* % Executado = Total Pagamento/(Autorizado+RP Pago+RP a Pagar)

Fonte: Relatório Despesas Primárias - Discricionária Executivo - Fiscal e Seguridade - 2007 SIGA Brasil - Senado - Adaptado

Tabela 8: Projetos e atividades executadas pelo Ministério das Cidades - 2007

Órgão: 56 - Ministério das Cidades

Execução por Programa

Projeto/Atividade/Op. Especial	Dotação Inicial	Créd. Adic. +- Remanej.	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago	% Pago/ AUTORIZADO
0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais	200000	0	200000	0	0	0	0
0999 - Reserva de Contingência	281069832	0	281069832	0	0	0	0
1078 - Nacional de Acessibilidade	1000000	0	1000000	0	0	0	0
1137 - Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	35380000	-200000	35180000	13269766	13269766	0	0
1036 - Integração de Bacias Hidrográficas	0	11000000	11000000	11000000	11000000	1265	0,01
1138 - Drenagem Urbana Sustentável	134410000	39223000	173633000	89580859	89580859	69853	0,04
8007 - Resíduos Sólidos Urbanos	14566000	5000000	19566000	5536077	5536077	26727	0,14
6002 - Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Munic de Médio e Grande Porte	527160000	-17000000	510160000	310841531	310841531	1328545	0,26
6001 - Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Munic.de Pequeno Porte	1005485668	45000000	1050485668	797496187	797496187	5182719	0,49
0122 - Serviços Urbanos de Água e Esgoto	251741000	812506779	1064247779	889809081	889809081	13378006	1,26
9989 - Mobilidade Urbana	439115745	203639768	642755513	468846341	468846341	20706002	3,22
1128 - Urbanização, Reg. Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	482085000	1726536707	2208621707	1910219325	1910219325	93381879	4,23
0310 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	78635950	679223388	757859338	691816914	691816914	117123061	15,45
0810 - Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	1700000	0	1700000	734171	734171	269196	15,84
1136 - Fortalecimento da Gestão Urbana	23520000	24013000	47533000	37146734	37146734	13266087	27,91
0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	100253304	0	100253304	31364105	31364105	31364105	31,28
1295 - Descentralização dos Sis. Transp. Ferroviário Urbano de Passageiros	609945676	116071964	726017640	718350050	718318199	419019524	57,71
9991 - Habitação de Interesse Social	200583857	595487232	796071089	653697122	653697122	500227849	62,84
0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	459923304	-97666469	362256835	237408809	237408809	237408809	65,54
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	130574122	39928448	170502570	143322572	143322572	113972514	66,85
0750 - Apoio Administrativo	52526916	900000	53426916	49310016	49310016	43911796	82,19
0660 - Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Respons. de Todos	65100000	22926000	88026000	85917323	85180723	79702764	90,54
TOTAL	4894976374	4206589817	9101566191	7145666983	7144898532	1690340700	18,57

Execução por Programa e Projeto Atividade (Ação)

6001 - Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte

109A - Implantação ou melhora de obras de infra-estrutura urbana em municípios com até 100.000 habitantes	1005485668	45000000	1050485668	797496187	797496187	5182719	0,49
---	------------	----------	------------	-----------	-----------	---------	------

6002 - Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte

109B - Obras de infra-estrutura urbana em municípios de médio e grande porte	527160000	-17000000	510160000	310841531	310841531	1328545	0,26
--	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	---------	------

Fonte www.contasabertas.com

Dados Atualizados até: 31/03/2008 - Exercício: 2007 - Fonte: Siafi

Tabela 9: Projetos e atividades executadas pelo Ministério do Turismo - 2007

Órgão: 54 - Ministério do Turismo

Execução por Programa

Projeto/Atividade/Op. Especial	Dotação Inicial	Créd. Adic. +- Remanej.	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago	% Pago/ AUTORIZADO
0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	2.400.000	0	2.400.000	2.278.687	2.278.687	2.278.687	94,95
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	15.533.388	0	15.533.388	14.045.641	14.045.641	14.045.641	90,42
0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais	634.800	0	634.800	517.334	517.334	516.796	81,41
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.685.324	-63.630	2.621.694	2.621.693	2.621.693	2.554.434	97,43
1001 - Gestão da Política de Turismo	19.390.717	450.000	19.840.717	16.963.489	16.720.132	10.677.931	53,82
1163 - Brasil: Destino Turístico Internacional	90.270.538	60.350.000	150.620.538	141.309.468	139.759.768	124.135.038	82,42
1166 - Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos	1.670.730.088	239.918.000	1.910.648.088	1.605.861.521	1.605.861.521	446.339.003	23,36
TOTAL	1801644855	300654370	2102299225	1783597832	1781804776	600547530	28,57
Execução por Programa e Projeto Atividade (Ação)							
1166 - Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos							
0316 - Participação da União na PRODETUR Sul	38.000.000	-3.000.000	35.000.000	27.763.819	27.763.819	3.601.916	10,29
0564 - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística	1.226.072.500	180.000.000	1.406.072.500	1.139.106.181	1.139.106.181	181.800.309	12,93
4048 - Classificação das Empresas, Empreendimentos e Equip. Turísticos	163.800	0	163.800	24.701	24.701	24.701	15,08
4084 - Inventário da Oferta Turística	1.768.500	0	1.768.500	303.583	303.583	301.538	17,05
2658 - Fiscalização dos Serviços Turísticos	731.700	0	731.700	193.764	193.764	175.142	23,94
2301 - Sinalização Turística	3.000.000	5.000.000	8.000.000	7.800.000	7.800.000	2.223.000	27,79
4044 - Cadastramento Empresas, Empreendimentos e Profis. de Turismo	900.000	0	900.000	565.138	565.138	312.729	34,75
4198 - Certificação de Profissionais Assoc.ao Segmento de Turismo	3.920.000	0	3.920.000	3.900.910	3.900.910	1.400.910	35,74
0173 - Participação da União na PRODETUR NE II	128.345.182	0	128.345.182	127.907.785	127.907.785	47.715.820	37,18
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dep.dos Servidores e Emp.	79.800	0	79.800	29.802	29.802	29.802	37,35
4052 - Fomento à Produção Local e Distribuição de Produtos para Uso dos	7.803.818	0	7.803.818	7.782.468	7.782.468	4.011.985	51,41
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e	200.000	-47.000	153.000	103.134	103.134	85.134	55,64
2B39 - Fomento a Projetos de Desenv. Turístico Local e de Inclusão Social	12.510.000	0	12.510.000	12.094.256	12.094.256	7.836.403	62,64
4038 - Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional	64.517.700	-4.100.000	60.417.700	60.207.041	60.207.041	40.199.451	66,54
2272 - Gestão e Administração do Programa	37.616.001	32.018.000	69.634.001	60.016.772	60.016.772	56.257.129	80,79
4030 - Certificação de Empreendimentos, Equipamentos e Produtos do	4.350.000	0	4.350.000	4.319.740	4.319.740	3.869.740	88,96
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	200.000	11.000	211.000	201.173	201.173	190.414	90,24
4054 - Campanha Promoção e Divul. dos Produtos Associados ao Turismo	6.000.000	0	6.000.000	5.848.617	5.848.617	5.848.617	97,48
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	417.934	36.000	453.934	1443.060	443.060	443.060	97,6
0562 - Participação da União na PRODETUR JK	1.600.000	0	1.600.000	1.590.352	1.590.352	1.590.352	99,4
0A50 - Participação da União na Proecotur - Fase II	2.700.000	0	2.700.000	2.694.493	2.694.493	2.692.490	99,72

Fonte www.contasabertas.com

Dados Atualizados até: 31/03/2008 - Exercício: 2007 - Fonte: Siafi

Tabela 10: Projetos e atividades executadas pelo Ministério do Esporte - 2007

Órgão: 51 - Ministério do Esporte

Execução por Programa

Projeto/Atividade/Op. Especial	Dotação Inicial	Créd. Adic. +- Remanej.	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago	% Pago/ AUTORIZADO
0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	1000000	80000	1080000	0	0	0	0
1250 - Esporte e Lazer da Cidade	437785000	94620000	532405000	407440522	407434762	18066807	3,39
0181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento	24603319	47737000	72340319	64780323	64780323	6296922	8,7
8028 - Segundo Tempo	129622500	0	129622500	122914605	122864605	28406665	21,91
1245 - Inserção Social pela Produção de Material Esportivo	20550000	0	20550000	20372249	20372249	10662667	51,89
0413 - Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	8400000	520000	8920000	6719469	6719469	6009566	67,37
1246 - Rumo ao Pan 2007	270500000	504780000	775280000	757676161	757676161	653227055	84,26
0750 - Apoio Administrativo	30658009	4700000	35358009	34895361	34895361	31605185	89,39
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	494434	0	494434	464875	464875	464875	94,02
TOTAL	923613262	652437000	1576050262	1415263564	Esporte	754739742	47,89

Execução por Programa e Projeto Atividade (Ação)

1250 - Esporte e Lazer da Cidade							
3073 - Modernização de Núcleos de Esporte e de Lazer	0	0	0	0	0	0	0
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	500000	0	500000	0	0	0	0
5450 - Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer	400745000	93600000	494345000	377744115	377744115	13235000	2,68
3988 - Implantação e Modernização de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer - Rede CEDES	300000	0	300000	243351	243351	9727	3,24
8453 - Edição e Distribuição de Material Técnico e Científico Relacionados ao Esporte Recreativo e ao Lazer	120000	0	120000	83222	83222	6810	5,68
2667 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer	29300000	1020000	30320000	23480590	23480590	3063496	10,1
2426 - Funcionamento de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer - Rede CEDES	1000000	0	1000000	889800	889800	133310	13,33
2C60 - Desenvolvimento de Atividades Esportivas, Recreativas e de Lazer para Pessoas Adultas e da Terceira Idade - Vida Saudável	4150000	0	4150000	3667841	3662081	657546	15,84
2428 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e de Lazer	270000	0	270000	235985	235985	163947	60,72
2272 - Gestão e Administração do Programa	300000	0	300000	299386	299386	297585	99,2

Fonte www.contasabertas.com

Dados Atualizados até: 31/03/2008 - Exercício: 2007 - Fonte: Siafi

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi verificar os efeitos do contingenciamento na execução orçamentária de programas e projetos de órgãos do Poder Executivo.

Através do art. 9º da LRF, o Poder Executivo adota o contingenciamento para assegurar o equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas, limitando a realização da despesa para valores abaixo dos autorizados pela Lei Orçamentária Anual – LOA, estendendo esse contingenciamento aos demais Poderes e ao Ministério Público.

A LRF está apoiada em quatro fundamentos: o Planejamento, a Transparência, o Controle e a Responsabilização. O controle e a responsabilização foram assegurados pelo cumprimento da lei, no que tange à edição dos decretos de contingenciamento; já o planejamento, que tem por objetivo gerar um processo capaz de garantir, no tempo adequado, os recursos necessários para a execução de determinada ação, exigindo que o administrador aja preventivamente, ao invés de corretivamente, ficou comprometido pela baixa execução orçamentária do governo; a transparência, que seria a forma de manter os cidadãos informados sobre as ações governamentais desenvolvidas, ficou prejudicada pela ausência de informações sobre os motivos que levaram a contingenciar cada programa ou projeto.

O caráter autorizativo que o Governo atribui à lei orçamentária anual lhe permite fazer uso do contingenciamento da despesa, uma vez que não há obrigatoriedade de que se cumpra, de forma integral, a programação orçamentária constante da lei.

A partir de 2001, o governo passou a editar os decretos de contingenciamento logo após a sanção da lei orçamentária, exceção feita ao exercício de 2006, devido ao atraso na aprovação do orçamento, que somente ocorreu em maio, o que não se justifica, pois o Executivo poderia ter vetado as ações que não pretendesse realizar, mas isso o sujeitaria a novos embates no Legislativo, quando da apreciação destes vetos, por outro lado, como ele veta a execução (contingenciando), fica livre para, dentro da margem autorizada pela lei orçamentária, realizar o remanejamento das dotações orçamentárias.

O contingenciamento é adotado pelo governo como forma de garantir o pagamento de juros, amortização de dívidas e a geração de superávit primário. Esse procedimento dificulta a gestão dos recursos pelo governo, concentrando a execução orçamentária nos últimos meses do ano, ou, como em 2007, nos últimos dias do ano, atrapalhando a continuidade das políticas públicas e o processo de controle social dos gastos, pois interrompe a execução das ações e projetos no início do ano para, quando chegar dezembro, os executar de maneira apressada.

Um dos reflexos gerados pelo contingenciamento recai sobre a rubrica restos a pagar, pois, como observamos no trabalho, o volume liberado para empenho e movimentação financeira faltando poucos dias para o final do exercício impede o desenvolvimento regular das etapas da execução orçamentária (licitação para contratação de serviços e obras ou para aquisição de bens), transferindo os compromissos assumidos para o exercício seguinte, gerando incertezas e instabilidade quanto à execução do orçamento.

Torna-se necessário melhorar os mecanismos de controle do contingenciamento; a transparência exigida pela LRF não vem sendo cumprida, pois não são disponibilizados os dados que demonstrem os motivos e os critérios adotados pelo Executivo, para a limitação de empenho e de movimentação financeira.

A execução orçamentária dos três Ministérios analisados demonstra o quanto é necessário o governo repensar a forma de utilizar este mecanismo de equilíbrio fiscal. Cortar gastos linearmente, como vem sendo realizado, sem se preocupar com o que foi exaustivamente discutido e negociado na elaboração do orçamento, faz com que todo o planejamento elaborado seja jogado fora, levando os gestores públicos a gastarem nas últimas semanas do ano os valores que deveriam ser gastos ao longo do ano inteiro, fazendo ressurgir os defensores do orçamento impositivo, pelo qual o Executivo fica obrigado a executar fielmente as despesas aprovadas pelo Legislativo, somente deixando de realizar os gastos em situações especiais, como no caso de não serem atingidas as metas de receita, deixando de ser o orçamento uma mera peça de ficção, para ser um instrumento de planejamento.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Flávio Régis Xavier de Moura e (org). *Lei de Responsabilidade Fiscal: abordagens pontuais: doutrina, legislação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

CRUZ, Flávio da. (coord.). *Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NÓBREGA, Marcos. *Lei de Responsabilidade Fiscal e leis Orçamentárias*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm>. Acesso em: 25.3.2008.

_____. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em <http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 25.3.2008

_____. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em 25.3.2008

_____. **Lei nº 8.429**, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8429.htm>. Acesso em 25.3.2008

_____. **Lei nº 10.028**, de 19 de outubro de 2000. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei no 201, de 27 de fevereiro de 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10028.htm>. Acesso em 25.3.2008.

_____. **Lei nº 11.451**, de 07 de fevereiro de 2007. - Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007. LOA / 2007.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11451.htm> Acesso em 25.3.2008

_____. **Decreto-Lei nº 201**, de 27 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0201.htm>. Acesso em 25.3.2008

_____. **Decreto nº 6.046**, de 22 de fevereiro de 2007 - Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6046.htm. Acesso em 26.9.2008

_____. **Decreto nº 6.076**, de 10 de abril de 2007 - Altera o Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6076.htm. Acesso em 26.9.2008

_____. **Decreto nº 6.098**, de 25 de abril de 2007. - Acrescenta § 6º ao art. 3º do Decreto no 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6098.htm. Acesso em 26.9.2008

_____. **Decreto nº 6.173**, de 30 de junho de 2007 - Amplia os valores constantes da Reserva do Anexo I e da alínea “b” do inciso I do art. 10 e altera os Anexos VIII, IX, X e XI do Decreto no 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6173.htm. Acesso em 26.9.2008

_____. **Decreto nº 6.242**, de 19 de outubro de 2007 - Amplia os valores constantes da Reserva do Anexo I e da alínea “b” do inciso I do art. 10 e altera os Anexos VIII, IX, X e XI do Decreto no 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6242.htm. Acesso em 26.9.2008

_____. **Decreto nº 6.309**, de 18 de dezembro de 2007 - Amplia os valores constantes da Reserva do Anexo I e da alínea “b” do inciso I do art. 10 e altera os Anexos VIII, IX, X e XI do Decreto no 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6309.htm. Acesso em 26.9.2008

_____. **Responsabilidade Fiscal**. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/lrf/conteudo/publicacoes/dicas.htm>. Acesso em 26.9.2008

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CORE, Fabiano Garcia. Reforma gerencial dos processos de planejamento e orçamento. Brasília: ENAP, 2001.

FILHO, Carlos Alberto de Moraes Ramos. Responsabilidade Fiscal: Aspectos Fundamentais da Lei nº 101/2000. 1.ed. Manaus: Caminha, 2002

HARADA, Hiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 17.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARADA, Hiyoshi. Responsabilidade Fiscal. 1ª.ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MANHANI, Danilo Antonio. Despesa pública na Lei de Responsabilidade Fiscal . Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 542, 31 dez. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6144>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

MARTINS, Ives Gandra da Silva, NASCIMENTO, Carlos Valder. Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho, SANTANA, Jair Eduardo, FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby, et al. Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

OLIVEIRA, Régis Fernandes; HORVATH, Estevão. Manual de direito financeiro. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002

RIBEIRO, Renato Jorge Brown, 3º VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003 .

SANCHES, Osvaldo Maldonado. Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins. Brasília: OMS, 2004.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional, financeiro e tributário, volume V, o orçamento na Constituição. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

TORRES, Ricardo Lobo. Orçamento na Constituição. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

TOLEDO Jr, Flavio C. de, ROSSI, Sérgio Ciquera. A Lei 4.320 no Contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal. 1. ed. São Paulo: NDJ, 2005